



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea "a" e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, período de janeiro/2012 a dezembro/2012, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 29 de janeiro de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	229.858.888,09	-
Pessoal Ativo (1)	168.919.615,94	-
Contribuição Patronal	31.675.593,65	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	29.263.678,50	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(46.298.545,44)	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	(17.593.003,75)	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(28.705.541,69)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	183.560.342,65	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	183.560.342,65	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.027.382.118	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,53%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	240.547.642,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	228.520.260,24	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <1,80%>	216.492.878,12	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD-SEFAZ; 29/01/2013 14:30.

Notas:

(1) "Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais do Balanço Geral do Estado".

(2) Não considerada a despesa com abono de permanência no valor de **R\$ 2.505.833,81**, caracterizada como benefício de caráter assistencial - Portaria nº 574, de 30 de agosto de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Resolução TCE/CE nº 2582, de 01/12/2009. Tais despesas foram contabilizadas no elemento 3190.11, razão pela qual não aparecem nos registros contábeis. A partir de janeiro/2013 serão empenhadas no elemento 3190.08;

(3) Não considerado os gastos com pensionistas por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (processo nº 03052/2008-0).

(4) O empenho nº 856/2012, de 11/06/2012, complemento da folha de inativos da PGJ do mês de janeiro/2012, no valor de R\$ 446.382,88, foi lançado na fonte 00, quando o SUPSEC poderia ter utilizado as fontes vinculadas (03 ou 04), razão pela qual deixou de ser deduzida no item "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

(*) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas, estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Delator

(Circled mark)

2012



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF- Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Transferência de Convênio nº 309/2009-SPM/PR	466.617,48	19.200,00	447.417,48
Transferência de Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	31.660,43	6.116,00	25.544,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	498.277,91	25.316,00	472.961,91
Recursos Tesouro (fontes 00/01)	(²)	1.301.517,91	(²)
Alienação de bens	111.783,21	-	111.783,21
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	1.301.517,91	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	1.326.833,91	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹			
	-	-	-

FONTE: S2GPR; SEFIN/PGJ; 29/01/2013 14:30.

NOTAS:

(¹) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(²) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF, ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferência de Convênio nº 309/2009-SPM/PR	-	-	-	19.200,0	466.617,48	-
Transferência de Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	-	-	-	6.116,00	31.660,43	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	25.316,00	498.277,91	-
Recursos Tesouro (fontes 00/01)	-	19.404,33	68.042,98	1.214.070,60	(²)	-
Alienação de bens	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	19.404,33	68.042,98	1.214.070,60	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	19.404,33	68.042,98	1.239.386,60	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: S2GPR; 29/01/2013 14:30.

NOTA : (¹) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(²) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Deolane



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – DTP	183.560.342,65	1,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF) - (2,00 %)	240.547.642,36	2,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,90 %)	228.520.260,24	1,90


RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.214.070,60	(1)

FONTE: S2GPR; 29/01/2013 14:30.

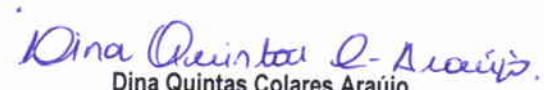
NOTA: (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2013

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO
Procurador-Geral de Justiça


Teresa Jacqueline de Mesquita Ciriaco
Coordenadora da Assessoria de Planejamento


Gladys Furtado Brasil
Secretária de Finanças


Dina Quintas Colares Araújo
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria
Interna



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art.54, combinado com o art.55, inciso I alínea "a" e §2º LC nº101, 04/05/2000 Lei Responsabilidade Fiscal, torna público o relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Ceará referente ao 3º quadrimestre de 2012. Fortaleza, 29/01/2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE-2012
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												
	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	maí/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	
PESSOAL - ATIVO	11.786.741,79	12.684.343,10	11.797.910,62	11.622.505,00	11.876.331,01	24.516.557,65	12.531.773,76	12.047.737,30					
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	46.934,83	2.190.677,18	2.154.259,02	4.366.932,70	-	5.177.145,22	2.220.771,34	2.212.203,54					
Sub-Total	11.833.676,62	14.875.020,28	13.952.169,64	15.989.437,70	11.876.331,01	29.693.702,87	14.752.545,10	14.259.940,84					
(Abono de Permanência)	(182.452,46)	(182.511,97)	(184.908,24)	(184.863,69)	(196.482,81)	(209.663,26)	(195.262,71)	(196.283,66)					
Sub-Total	11.651.224,16	14.692.508,31	13.767.261,40	15.804.574,01	11.679.848,20	29.484.039,59	14.557.282,39	14.063.657,18					
INATIVO	1.781.435,98	2.295.041,71	2.317.037,24	2.334.542,65	2.193.165,87	3.977.050,75	2.017.339,34	2.205.117,76					
PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-					
Sub-Total	1.781.435,98	2.295.041,71	2.317.037,24	2.334.542,65	2.193.165,87	3.977.050,75	2.017.339,34	2.205.117,76					
(-) INATIVOS REC. VINCULADOS	13.432.660,14	16.987.550,02	16.084.300,64	18.139.096,66	13.873.014,07	33.461.090,34	16.574.621,73	16.268.774,94					
(-) DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	(1.781.435,98)	(2.295.041,71)	(2.317.037,24)	(2.334.542,65)	(2.193.165,87)	(3.418.913,94)	(2.017.339,34)	(2.205.117,76)					
(-) INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO	(848.141,35)	(1.827.344,64)	(849.536,50)	(846.671,44)	(979.075,59)	(3.174.414,13)	(1.126.271,10)	(851.229,06)					
(+) OUTRAS DESP. DE PESSOAL (art.188º Iº)	-	-	-	-	-	-	-	-					
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	10.803.082,81	12.865.163,67	12.917.726,90	14.957.882,57	10.700.772,61	26.867.762,27	13.431.011,29	13.212.428,12					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.224.363.131	1.197.592.195	975.042.192	1.139.273.309	511.011.542	935.527.694	799.625.386	918.963.733					
% DESPESA SOBRE A RCL	0,88	1,07	1,32	1,31	2,08	2,87	1,68	1,44					

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL GERAL	
	set/12	out/12	nov/12	1/12/2012 (*)	2/12/2012	3/12/2012	4/12/2012	5/12/2012	6/12/2012	7/12/2012	8/12/2012	9/12/2012		
PESSOAL - ATIVO	12.914.444,30	12.852.024,54	13.168.129,62	23.626.951,06	171.425.449,75									
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	-	4.565.797,96	4.027.885,42	4.712.986,44	31.675.593,65									
Sub-Total	12.914.444,30	17.417.822,50	17.196.015,04	28.339.937,50	203.101.043,40									
(Abono de Permanência)	(193.554,61)	(195.309,36)	(197.112,87)	(387.410,13)	(2.505.833,81)									
Sub-Total	12.720.889,69	17.222.513,12	16.998.902,17	27.952.527,37	200.595.209,59									
INATIVO	2.249.375,72	2.249.054,89	2.250.793,07	3.393.723,52	29.263.678,50									
PENSIONISTAS	-	-	-	-	-									
Sub-Total	2.249.375,72	2.249.054,89	2.250.793,07	3.393.723,52	29.263.678,50									
(-) INATIVOS REC. VINCULADOS	14.970.265,41	19.471.568,01	19.249.695,24	31.346.250,89	229.858.888,09									
(-) DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	(2.249.375,72)	(2.249.054,89)	(2.250.793,07)	(3.393.723,52)	(28.705.541,69)									
(-) INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO	(1.544.379,94)	(856.095,09)	(1.632.599,74)	(3.057.255,17)	(17.593.003,75)									
(+) OUTRAS DESP. DE PESSOAL (art.188º Iº)	-	-	-	-	-									
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	11.176.509,75	16.366.428,03	15.366.302,43	24.895.272,20	183.560.342,65									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	907.233.707	944.337.151	1.065.948.929	1.408.463.150	12.027.382.118									
% DESPESA LÍQUIDA S/ RCL	1,23	1,73	1,44	1,77	1,53									
% LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, Art.22 da LRF)	1,90%													
% LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do Art.20 da LRF)	2,00%													
% LIMITE ALERTA (inciso II do § 1º do Art.59 da LRF)	1,80%													

FONTE: S2GPR; SEFAZ; 29/01/2013

Nota Explicativa: (1) O abono de permanência foi contabilizado no elemento 3190.11, razão pela qual não aparece nos registros contábeis. A partir de janeiro/2013 referida despesa será empenhada no elemento 3190.08.

(2) O empenho nº 856/2012, de 11/06/2012, complemento da folha de inativos da FGJ do mês de janeiro/2012, de R\$ 446.382,88, foi lançado na fonte 00, quando o SUPSEC poderia ter utilizado as fontes vinculadas (03 ou 04).

Fortaleza, 29 de janeiro de 2013

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO
Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline de Mesquita Ciriaco
Coordenadora da Assessoria de Planejamento

Gláydys Furtado Brasil
Secretária de Finanças

Dina Quintana Araújo
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria Interna



Defiro o pedido e reconheço a dívida de exercício anterior, autorizando o pagamento no valor total de R\$ 182,94 (cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), correspondente a diferença de Gratificação de Representação de Gabinete, relativa ao período de 24/12/2009 a 31/12/2009, sendo R\$ 33,94 (trinta e três reais e noventa e quatro centavos) para JOSÉ ARIMATÉIA FERNANDES DE SOUSA, R\$ 69,85 (sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) para ANTÔNIO BENEVUTO RIBEIRO e EDMAR LOPES DA SILVA e R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) para ROBERTO XAVIER DE OLIVEIRA JÚNIOR.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 25 de janeiro de 2013.
Desembargador José Arísio Lopes da Costa - Presidente do TJCE

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA Nº 55/2013

O DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, O JUIZ DE DIREITO JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o memorando nº 10 do Exmo.Sr.Des. José Arísio Lopes da Costa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, apresentando o servidor abaixo citado que se encontrava a disposição daquela Corte;

Resolve lotar Raimundo Lívio Rocha Junior, Analista Judiciário – Área Judiciária, matrícula nº 4244.1/2, na Secretaria da Vara Única da Justiça Militar desta Comarca, ficando sem efeito a sua lotação anterior.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se .

Gabinete da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em , 23 de Janeiro de 2013.

JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO
JUIZ DIRETOR

EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS (PORTARIAS)

PORTARIA – 01/2013

O MM. Juiz de Direito, titular da 5ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, **Dr. JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o parágrafo 2º do art. 455 da Lei 12.342, de 28 de julho de 1994, **RESOLVE** designar o servidor Bel. **CARLOS ALBERTO MAPURUNGA**, Analista Judiciário, matrícula nº 2507-1-6, lotado na Secretaria desta 5ª Vara de Família, para **substituir** a Diretora de Secretaria, Bel. **FRANCISCA ZÉLIA LIMA CAVALCANTE**, matrícula nº 201135, durante seu afastamento por licença médica a partir 24/01/2013 à 03/02/2013, bem como, durante suas férias a partir de 04/02/2013 até o dia 05/03/2013.

REGISTRE-SE e CUMPRE-SE.

Fortaleza, 24 de janeiro de 2013.

Dr. José Lopes de Araújo Filho
Juiz de Direito

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea "a" e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2012, período de janeiro/2012 a dezembro/2012, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 29 de janeiro de 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPA BRUTA COM PESSOAL (I)	229.858.888,09	-
Pessoal Ativo (*)	168.919.615,94	-
Contribuição Patronal	31.675.593,65	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	29.263.678,50	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(46.298.545,44)	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	(17.593.003,75)	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(28.705.541,69)	-
DESPA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	183.560.342,65	-
DESPA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	183.560.342,65	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.027.382.118	
% do DESPA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,53%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	240.547.642,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	228.520.260,24	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <1,80%>	216.492.878,12	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD-SEFAZ; 29/01/2013 14:30.

Notas:

(1) "Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais do Balanço Geral do Estado".

(2) Não considerada a despesa com abono de permanência no valor de R\$ 2.505.833,81, caracterizada como benefício de caráter assistencial – Portaria nº 574, de 30 de agosto de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Resolução TCE/CE nº 2582, de 01/12/2009. Tais despesas foram contabilizadas no elemento 3190.11, razão pela qual não aparecem nos registros contábeis. A partir de janeiro/2013 serão empenhadas no elemento 3190.08;

(3) Não considerado os gastos com pensionistas por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (processo nº 03052/2008-0).

(4) O empenho nº 856/2012, de 11/06/2012, complemento da folha de inativos da PGJ do mês de janeiro/2012, no valor de R\$ 446.382,88, foi lançado na fonte 00, quando o SUPSEC poderia ter utilizado as fontes vinculadas (03 ou 04), razão pela qual deixou de ser deduzida no item "inativos e pensionistas com recursos vinculados".

(*) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas, estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012
RGF- Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Transferência de Convênio nº 309/2009-SPM/PR	466.617,48	19.200,00	447.417,48
Transferência de Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	31.660,43	6.116,00	25.544,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	498.277,91	25.316,00	472.961,91
Recursos Tesouro (fontes 00/01)	(2)	1.301.517,91	(2)
Alienação de bens	111.783,21	-	111.783,21
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	1.301.517,91	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	1.326.833,91	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: S2GPR; SEFIN/PGJ; 29/01/2013 14:30.

NOTAS:

(1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial



(²) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF, ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Transferência de Convênio nº 309/2009-SPM/PR	-	-	-	19.200,0	466.617,48	-
Transferência de Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	-	-	-	6.116,00	31.660,43	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	25.316,00	498.277,91	-
Recursos Tesouro (fontes 00/01)	-	19.404,33	68.042,98	1.214.070,60	(²)	-
Alienação de bens	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	19.404,33	68.042,98	1.214.070,60	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	19.404,33	68.042,98	1.239.386,60	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: S2GPR; 29/01/2013 14:30.

NOTA : (¹) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(²) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012
LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – DTP	183.560.342,65	1,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (2,00 %)	240.547.642,36	2,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,90 %)	228.520.260,24	1,90

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.214.070,60	(1)

FONTE: S2GPR; 29/01/2013 14:30.

NOTA: (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2013

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO
Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline de Mesquita Círiaco
Coordenadora da Assessoria de Planejamento

Gladys Furtado Brasil
Secretária de Finanças

Dina Quintas Colares Araújo
Coordenadora Geral de Controle
e Auditoria Interna

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 04/2013 - PARTES: Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça (CESSIONÁRIO) e o Município de Piquet Carneiro (CEDENTE). **DO OBJETO:** Convênio para a cessão do servidor para prestar serviços junto ao órgão CESSIONÁRIO, vedando-se a cessão para estágio. **VIGÊNCIA:** Este Convênio tem início a partir do dia 01.01.2013 e término no dia 31.12.2016, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça, para produzir seus jurídicos e legais efeitos. As renovações do presente Convênio deverão observar que o termo final de sua vigência ficará, sempre, limitado ao último dia do término do mandato do representante do CEDENTE. **DATA DAS ASSINATURAS:** 25 de janeiro de 2013. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, Procurador-Geral de Justiça do estado do Ceará; Expedito José do Nascimento, Prefeito Municipal de Piquet Carneiro. **TESTEMUNHAS:** 1- José Rodrigo Sousa Mendes. 2- Marciana Isabely Martins Pereira.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR - PARTES: Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça e o Município de Piquet Carneiro. **OBJETO:** O presente Termo de Cessão do servidor pessoal da Prefeitura de Piquet Carneiro, para exercer atribuições compatíveis com seu cargo junto à Procuradoria de Justiça desta Comarca. **DO AMPARO LEGAL:** O presente Termo visa regulamentar a cessão do servidor **FRANCISCO LUCIANO DE PAULA MEDEIROS**, formalizada mediante Termo de Convênio nº 04/2013. **DATA DAS ASSINATURAS:** 25 de janeiro de 2013. Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Expedito José do Nascimento, Prefeito Municipal de Piquet Carneiro. **TESTEMUNHAS:** 1- José Rodrigo Sousa Mendes. 2- Marciana Isabely Martins Pereira.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS PENAIS
PROCESSOS DEVOLVIDOS PELOS PROCURADORES DE JUSTIÇA
01/11/2012 a 30/11/2012

PROCAP

No.Processo: 00000000000011750720118060000	Ano: 2011	Tombo: 5386	Distribuição:	1
DADOS DO PROCESSO				
Natureza: Inquérito Policial	Campo: Procap	Volumes: 1		
Comarca: Amontada	Seg. justiça: Não	Just. gratuita: Não	Ass. judiciária: Não	
No.Processo: 00000000000024343720118060000	Ano: 2011	Tombo: 6550	Distribuição:	1
DADOS DO PROCESSO				
Natureza: Inquérito Policial	Campo: Procap	Volumes: 1		
Comarca: General Sampaio	Seg. justiça: Não	Just. gratuita: Não	Ass. judiciária: Não	
No.Processo: 000000000000069474820118060000	Ano: 2012	Tombo: 1782	Distribuição:	1
DADOS DO PROCESSO				
Natureza: Inquérito Policial	Campo: Procap	Volumes: 2		
Comarca: São Benedito	Seg. justiça: Não	Just. gratuita: Não	Ass. judiciária: Não	
No.Processo: 00000000000024283020118060000	Ano: 2012	Tombo: 2485	Distribuição:	1
DADOS DO PROCESSO				
Natureza: Inquérito Policial	Campo: Procap	Volumes: 1		
Comarca: Pentecoste	Seg. justiça: Não	Just. gratuita: Não	Ass. judiciária: Não	

Quantidade de processos : 4

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria de Processos - Câmaras Criminais Isoladas

Processos distribuídos ao 9º Procurador de Justiça

Dr(a). Alcides Jorge Evangelista Ferreira
03/12/2012

à

31/12/2012

Nº Processo do TJ: 398720220118060064

Ano: 2012 Nº Processo MP: 2012/10747

Natureza: Apelação Campo: Secretaria de Processos - Câmaras Criminais Isoladas
Comarca: Caucaia Volume(s): 1 Seg. Justiça: Não

Nº Processo do TJ: 4849487620118060001

Ano: 2012 Nº Processo MP: 2012/11654

Natureza: Apelação Campo: Secretaria de Processos - Câmaras Criminais Isoladas
Comarca: Fortaleza Volume(s): 1 Seg. Justiça: Não

Nº Processo do TJ: 1094120128060037

Ano: 2012 Nº Processo MP: 2012/11668

Natureza: Apelação Campo: Secretaria de Processos - Câmaras Criminais Isoladas
Comarca: Ararendá Volume(s): 1 Seg. Justiça: Não

Nº Processo do TJ: 804688920128060000

Ano: 2012 Nº Processo MP: 2012/12011

Distribuição: 1